



Capítulo 7. Recomendações

7.1 Insights de uma análise de recomendações de comissões globais	98
7.2 Recomendações da Comissão de Evidências	101
7.3 Anexo da seção 7.1 – Achados detalhados da análise de recomendações de comissões globais	110
7.4 Referências	114

Este capítulo chega ao cerne do trabalho dos nossos 25 comissários: o que é preciso fazer melhor ou de forma diferente para sistematizar o uso de evidências, por todos os tipos de tomadores de decisão, para responder aos desafios sociais? O capítulo inicia com a pergunta sobre o que podemos aprender com as muitas comissões globais que nos precederam e conclui com as recomendações para o caminho a seguir.

Copyright © 2022 Universidade McMaster. Todos os direitos reservados. Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NoDerivatives 4.0. Nenhuma parte deste relatório pode ser adaptada de qualquer forma sem autorização prévia por escrito da editora.

Este relatório e as informações nele contidas são apenas para propósitos informativos e de interesse público. Apesar dos esforços da secretaria e dos comissários para garantir informações atualizadas e precisas no momento da elaboração deste relatório, as informações são distribuídas na forma em que se encontram, sem garantia expressa ou implícita. As informações contidas neste relatório não têm a intenção de substituir aconselhamento financeiro, jurídico ou médico.

A Universidade McMaster, a secretaria da Comissão de Evidências, os comissários e a editora não assumem nenhuma responsabilidade ou obrigação por perdas ou danos causados ou alegadamente causados, direta ou indiretamente, pelo uso das informações contidas neste relatório. A Universidade McMaster, a secretaria, os comissários e a editora se isentam especificamente de qualquer responsabilidade decorrente do uso ou aplicação das informações contidas neste relatório.

A editora deste relatório é o *McMaster Health Forum* (Fórum de Saúde da Universidade McMaster), cujo endereço é 1280 Main St. West, MML-417, Hamilton, ON, Canada L8S 4L6. Em nome da Comissão de Evidências, o *McMaster Health Forum* espera receber *feedback* sobre o relatório, assim como sugestões de caminhos para influenciar para as recomendações do relatório. Envie seus comentários para evidencecommission@mcmaster.ca.

A citação apropriada para este relatório é:

Comissão Global de Evidências para Responder aos Desafios Sociais. Capítulo 7. Recomendações. O relatório da Comissão de Evidências: Um chamado para a ação e caminho a seguir para tomadores de decisão, intermediários de evidências e produtores de evidências orientadas para o impacto. Hamilton: *McMaster Health Forum*, 2022;p.97-114.

ISBN 978-1-927565-41-4 (Online)
ISBN 978-1-927565-35-3 (Print)

7.1 Insights de uma análise de recomendações de comissões globais

Uma análise temática das recomendações de 48 comissões globais desde de 1º de janeiro de 2016 ajudou a:

- entender a lacuna entre onde estamos e onde precisamos estar no uso de evidências para responder aos desafios sociais, pelo menos do ponto de vista dos membros de alto nível das comissões globais;
- melhorar a estrutura das recomendações da Comissão de Evidências e identificar novas ideias que ajudariam a preencher essa lacuna;
- identificar as recomendações da Comissão de Evidências que estão alinhadas com as recomendações de outras comissões globais.

Os principais achados são apresentados de forma resumida no infográfico a seguir e, então, desenvolvidos abaixo e na [seção 7.3](#).



Entre janeiro de 2016 e setembro de 2021, 48 comissões globais publicaram 70 relatórios (sendo um deles um relatório provisório) e fizeram 1.460 recomendações, para uma média de 30 recomendações por comissão e 21 recomendações por relatório. A lista completa dos relatórios pode ser encontrada no **apêndice 8.1**.

As recomendações de comissões globais alinhadas com o foco do relatório da Comissão de Evidências, geralmente, abordaram a oferta de evidências (i.e., 242 recomendações dialogaram com o capítulo 4). A maioria dessas recomendações preconizou o aumento da coleta e compartilhamento de dados, que são um fundamento para a análise de dados como uma forma de evidências, porém:

- pouca atenção foi dada ao problema da parcimônia no que é coletado, à qualidade dos dados e da análise de dados, e à oportunidade no compartilhamento;
- parece presumir que uma robusta análise de dados será realizada e depois apresentada de formas que possa informar a tomada de decisão e apoiar a responsabilização, inclusive com atenção a considerações de equidade;
- não fica claro quais tipos de perguntas a análise de dados pode responder melhor ou as formas de evidências que podem responder outros tipos de perguntas necessárias para a tomada de decisão.

Quando outras formas de evidências foram abordadas, as recomendações apresentaram um tendência a propor o aumento do fluxo de novas evidências, como novas avaliações, e não a melhoria da relação sinal/ruído no fluxo de tais evidências, com o melhor uso dos estoques de evidências existentes, ou a combinação de diversas formas de evidências. Algumas comissões globais recomendaram avaliações, incluindo cinco que propuseram explicitamente a avaliação do que funciona, e algumas que propuseram a avaliação de impactos em vários domínios (p. ex., impactos de saúde, econômicos e ambientais) e horizontes temporais. Poucas comissões globais recomendaram pesquisas do comportamento / de implementação, apesar de, por vezes, proporem campanhas e outras estratégias para mudar comportamentos que se beneficiariam de tais pesquisas. Um número ainda menor de comissões globais recomendou outras formas de evidências, como a modelagem, informações qualitativas, sínteses de evidências e diretrizes, para responder aos desafios sociais em que se concentraram.

O segundo grupo mais comum de recomendações das comissões globais descreveu o contexto em que funcionários de governos, líderes de organizações, profissionais e cidadãos tomam decisões (94 recomendações dialogaram com o capítulo 3). Apenas ocasionalmente algumas dessas recomendações se referiram a como alguns desses tomadores de decisão poderiam ou deveriam usar as evidências para responder aos desafios sociais.

A maior parte dessas 94 recomendações propôs que os formuladores de políticas governamentais usassem instrumentos de política específicos ou estruturas e processos específicos para responder a um desafio social. Uma parcela menor propôs que líderes de organizações – em especial os líderes de empresas – usassem abordagens específicas para responder a um desafio social, que os profissionais abordassem os desafios sociais independentemente de seu papel nos governos e organizações, e que os cidadãos desempenhassem um papel mais ativo na resposta aos desafios sociais.

O terceiro grupo mais comum de recomendações das comissões globais abordou os intermediários de evidências (50 recomendações dialogaram com o capítulo 5). Geralmente, essas recomendações preconizaram que o Sistema da ONU aproveitasse melhor o seu papel normativo (p. ex., diretrizes) e o seu papel consultivo (p. ex., assistência técnica aos estados-membros), e que o Sistema da ONU e outros “intermediários” usassem tipos específicos de estratégias para apoiar os formuladores de políticas governamentais e outros tomadores de decisão na resposta aos desafios sociais. Raramente as evidências foram apresentadas de forma explícita como uma base necessária para o desempenho desses papéis e estratégias.

Os bens públicos globais e as capacidades distribuídas foram ainda com menos frequência objeto das recomendações das comissões globais (28 recomendações dialogaram com o capítulo 6). Algumas comissões globais recomendaram o fortalecimento do papel desempenhado pelo Banco Mundial no apoio aos bens públicos globais e também um suporte para os bens públicos globais como a Internet. No entanto, praticamente não houve menção aos bens públicos relacionados a evidências ou uma adequada divisão do trabalho entre os níveis em que a capacidade para o uso de evidências é necessária (p. ex., o que o Sistema da ONU, seus escritórios regionais e seus escritórios nos países podem fazer melhor).

Aperfeiçoar a forma como entendemos a natureza dos desafios sociais e as abordagens para responder a esses desafios foi o foco menos frequente das recomendações das comissões globais (10 recomendações dialogaram com o capítulo 2). Essas poucas recomendações se referiram a maneiras de estruturar um desafio social para que haja mais possibilidades de gerar ações, e maneiras de responder aos desafios sociais para que as ações tenham maior probabilidade de causar impactos. Também se referiram à previsão e às inovações como sendo domínios que podem complementar as evidências na resposta aos desafios sociais.

Os achados mais detalhados da nossa análise temática das recomendações de comissões globais são apresentados no anexo no final deste capítulo ([seção 7.3](#)). Os achados começam com os mecanismos de alavancagem necessários para provocar mudanças – uma série de medidas e mecanismos que poderiam ser considerados na elaboração de recomendações como as da Comissão de Evidências. Apenas alguns desses mecanismos foram objeto de sínteses de evidências sobre sua eficácia. Os demais achados estão organizados pelo enfoque de cada capítulo deste relatório.

Algumas observações adicionais da nossa análise dos relatórios de comissões globais incluem:

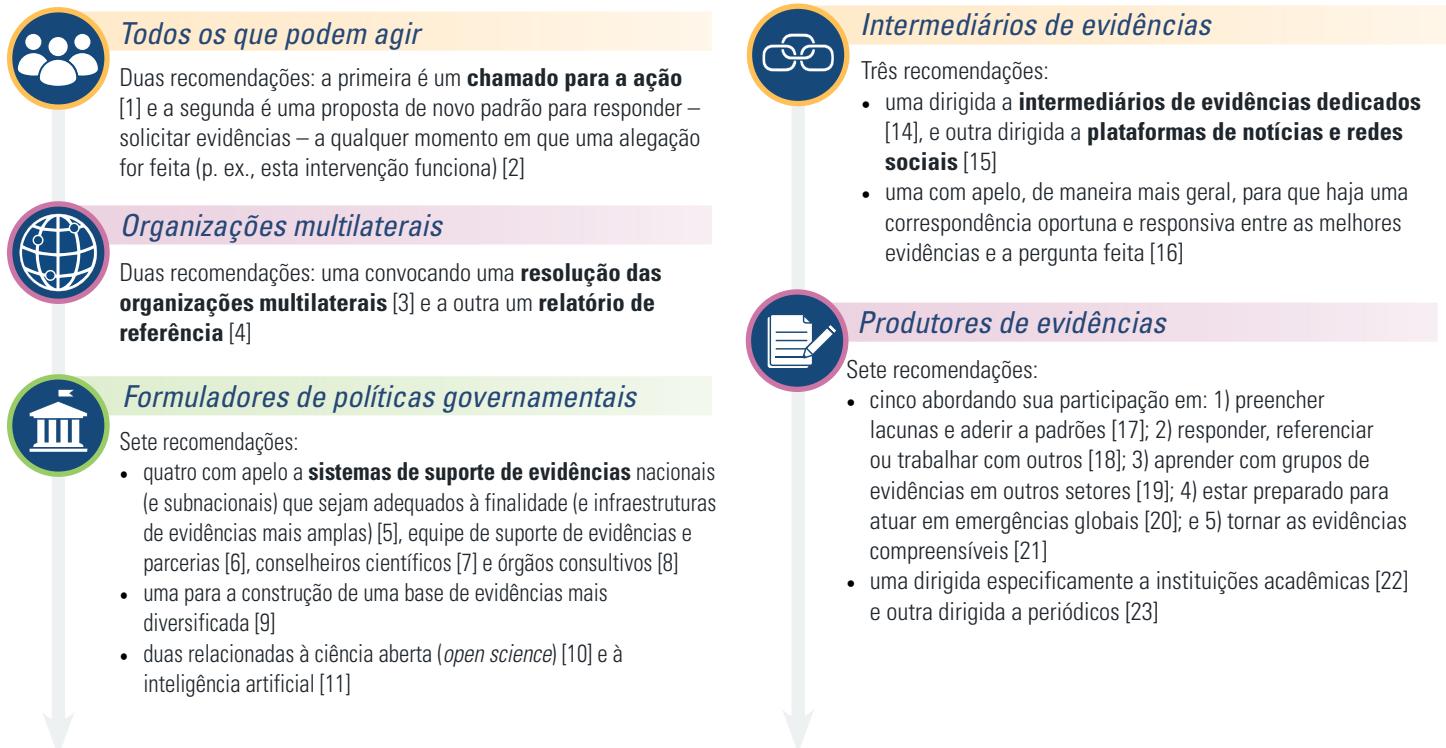
- um relatório usou uma linguagem que poderia ser facilmente adaptada (como fizemos em nossas recomendações) como uma próxima etapa necessária para apoiar o uso de evidências: o Secretário-Geral da ONU deve estabelecer expectativas claras para todas as partes do Sistema da ONU sobre o uso de evidências, exigir que as agências e entidades relevantes da ONU esboçem planos institucionais sobre como desenvolverão capacidades internas e intensificarão seu engajamento no uso de evidências, e trabalhar para melhorar o acesso dos estados-membros a um suporte técnico previsível que seja baseado em evidências e que fortaleça sistemas de suporte de evidências nacionais (Painel de alto nível sobre deslocamento interno);
- outro relatório usou uma linguagem que poderia ser facilmente adaptada (como fizemos) sobre apoiar o uso de evidências com cautela: os financiadores devem alinhar seu apoio às estratégias dos países para seus sistemas de suporte de evidências nacionais, e evitar o financiamento de uma infinidade de iniciativas verticais ou de pequena escala (Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS);
- um relatório usou evidências para se referir a evidências judiciais, não evidências de pesquisa (Painel de alto nível de *experts* jurídicos sobre liberdade de imprensa);
- um relatório abordou a equidade, enfatizando a importância de levar em consideração as relações e hierarquias transversais (intersectoriais) (Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição);
- um relatório propôs utilizar conhecimento indígena e local no desenvolvimento de estratégias baseadas na comunidade (Painel de alto nível sobre responsabilidade financeira internacional, transparência e integridade para alcançar a agenda 2030);
- um relatório específico para a COVID-19 foi uma oportunidade perdida para propor a incorporação de muitas formas de evidências, bem como um sistema de suporte de evidências, em todos os aspectos da nova arquitetura global proposta para preparação e resposta à pandemia (Painel independente para preparação e resposta à pandemia);
- muitos relatórios incluíram recomendações que recorreram às cores associadas à sua área de foco (p. ex., laços verdes para o meio ambiente, fundos azuis para água, e listas vermelhas para espécies ameaçadas) ou para sinalizar ações desejadas (p. ex., parar de fazer coisas em uma lista vermelha);
- alguns relatórios usaram formatos para suas recomendações que foram úteis na elaboração das recomendações da Comissão de Evidências (Painel de alto nível sobre o deslocamento interno; Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS).

7.2 Recomendações da Comissão de Evidências

Os capítulos anteriores fornecem o contexto, os problemas, as possíveis soluções e o vocabulário compartilhado que fundamentam as recomendações a seguir. Esses capítulos podem ser usados por muitas pessoas, não apenas por aquelas em posição para agir. No entanto, aqui focamos nas pessoas mais bem posicionadas para fazer as mudanças necessárias a fim de garantir que as evidências sejam consistentemente usadas para responder aos desafios sociais. Isso inclui principalmente:

- organizações multilaterais como o sistema da ONU, bancos multilaterais de desenvolvimento, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, na sigla em inglês), o G20, e outros;
- formuladores de políticas governamentais nacionais e subnacionais;
- líderes de organizações, profissionais e cidadãos;
- intermediários de evidências, incluindo aqueles que, atualmente, não são intermediários de evidências (como os jornalistas, em sua maioria);
- produtores de evidências, em particular, unidades orientadas para o impacto envolvidas na produção e no apoio ao uso de análises de dados, modelagem, avaliação, pesquisa do comportamento/de implementação, informações qualitativas, sínteses de evidências, avaliação de tecnologias, análise de custo-efetividade e diretrizes.

Aqui, fornecemos uma visão geral das 24 recomendações da Comissão de Evidências organizadas em um infográfico, e depois segue discussão sobre as recomendações no quadro abaixo. As oito recomendações mais importantes – 1, 3, 4, 5, 13, 14, 15 e 24 – estão destacadas em negrito. Sua importância decorre de como fornecem o enquadramento [1, 4, 13], as estruturas e processos [5, 14, 15], as responsabilidades [3] ou o financiamento [24] dos quais tantas outras ações podem resultar. Vale lembrar que usamos a palavra “evidência” nessas recomendações (como no restante do relatório) no sentido de evidências de pesquisa e, mais especificamente, todas as oito formas de evidências descritas no capítulo 4 (análise de dados, modelagem, avaliação, pesquisa do comportamento/de implementação, informações qualitativas, sínteses de evidências, avaliação de tecnologias/análise de custo-efetividade e diretrizes). Usamos “melhores evidências” – em um determinado contexto nacional (ou subnacional) – para evidências nacionais (ou subnacionais) extraídas dos melhores estudos disponíveis (i.e., o que foi aprendido naquele contexto) e evidências globais extraídas das melhores síntese de evidências disponíveis (i.e., o que foi aprendido no mundo, incluindo variações por grupos e contextos).





Líderes de organizações, profissionais e cidadãos

Duas recomendações:

- uma convocando todas as relevantes associações organizacionais, entidades profissionais e grupos da sociedade civil orientados para o impacto a contribuírem significativamente com seu sistema de suporte de evidências nacional (ou subnacional) [12]
- uma convocando os cidadãos a considerarem as muitas formas de usar as melhores **eviências na vida cotidiana**, e oferecerem apoio aos políticos (e outros) que viabilizam tais iniciativas [13]

A Comissão de Evidências oferece as 24 recomendações a seguir. No intuito de facilitar a identificação das oito recomendações mais importantes –

1, 3, 4, 5, 13, 14, 15 e 24 – estas são precedidas por um círculo colorido que contém o número da recomendação e estão inseridas em uma caixa de texto com uma borda externa da mesma cor. Para cada recomendação, listamos as seções relacionadas do relatório que fornecem o contexto, os conceitos ou o vocabulário que a fundamentam (na ordem em que são apresentadas). Sempre que relevante, listamos também os relatórios globais que estão alinhados com uma recomendação da Comissão de Evidências. Em geral, os relatórios de comissões globais estão alinhados apenas com parte de uma recomendação ou sua fundamentação (p. ex., estar atento à equidade, investir em formas selecionadas de evidências, como avaliação, e envolver os tomadores de decisão), enquanto os relatórios de outras entidades globais tendem a estar mais plenamente alinhados.



Financiadores

Uma recomendação para **gastos “mais inteligentes” e preferencialmente para o apoio a evidências**, em especial no que diz respeito aos sistemas de suporte de evidências nacionais (e subnacionais) e às infraestruturas de evidências mais amplas [24]



Todos os tomadores de decisão, intermediários de evidências e produtores de evidências orientadas para o impacto

1

Chamado para a ação — Os tomadores de decisão, intermediários de evidências e produtores de evidências orientadas para o impacto devem reconhecer a dimensão e a natureza do problema. As evidências – em todas as oito formas abordadas neste relatório – não estão sendo sistematicamente usadas pelos formuladores de políticas governamentais, líderes de organizações, profissionais e cidadãos para responder aos desafios sociais de maneira equitativa. Em vez disso, os tomadores de decisão recorrem com demasiada frequência a sistemas de *feedback* informais, ineficazes e, por vezes, prejudiciais. O resultado são decisões fracas que levam a falhas na melhoria de vidas, danos evitáveis para os cidadãos e desperdício de recursos.

A coorte de tomadores de decisão que estiveram envolvidos na tomada de decisão da COVID-19, especialmente os formuladores de políticas governamentais de alto nível, agora tem experiência direta com a utilização de muitas formas de evidência e de estratégias que apoiam seu uso. Esses tomadores de decisão também têm experiência direta com os desafios que podem surgir e fazer com que as evidências sejam ignoradas ou mal utilizadas. Ademais, é possível que tenham tomado conhecimento dos suportes de evidências disponíveis para seus pares em outros países, como as sínteses de evidências vivas, e estejam questionando por que não estão disponíveis ou sendo usados em seu próprio país. Essa coorte está muito bem posicionada para sistematizar o que foi bem-sucedido antes e durante a pandemia, e para construir ou melhorar o sistema de suporte de evidências de seu respectivo país de forma a resolver o que não obteve êxito.

Seções relacionadas: **4.13** Fragilidades em vários sistemas de suporte de evidências da COVID-19 | **6.2** Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências | **4.1** Formas em que as evidências são encontradas com maior frequência na tomada de decisão | **4.7** Produtos vivos de evidências

2

Novo padrão para pedir evidências — Todos os tomadores de decisão devem prestar atenção quando uma alegação está sendo feita e perguntar sobre a qualidade e a aplicabilidade das evidências em que a alegação se baseia. Experts e outros que fazem alegações (p. ex., essa intervenção funciona) podem estar confiando em suas experiências pessoais ou em um subconjunto das evidências disponíveis. Podem estar demasiado confiantes no que pensam saber. Em vez de se basearem em experts como única fonte de evidências, os tomadores de decisão podem procurar fontes das melhores evidências, como os “balcões únicos” contendo sínteses de evidências que foram organizadas usando uma taxonomia adequada, e que foram classificadas para qualidade, atualidade e outros fatores relevantes para a decisão. Os experts podem ser envolvidos em outras funções, como trabalhar com o que sínteses de evidências específicas significam para uma jurisdição específica, ou em maneiras desafiadoras de pensar com diferentes formas de evidências.

Seções relacionadas: 4.5 Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade | 4.8 Melhores evidências *versus* outras coisas (e como obter o melhor de outras coisas) | 4.11 Desinformação e infodemia



Organizações multilaterais

3

Resolução das organizações multilaterais — A ONU, o G20 e outras organizações multilaterais devem endossar uma resolução na qual, juntamente com seus estados-membros, se comprometam a ampliar sua concepção de evidências, e a apoiar os bens públicos globais relacionados a evidências e a distribuição equitativa das capacidades para produzir, compartilhar e usar evidências. O “quinteto da mudança”, destinado a apoiar a transformação da ONU de 2021 a 2025, inclui explicitamente a análise de dados e a pesquisa do comportamento/de implementação, implicitamente, a avaliação (sob a “orientação de desempenho e resultados”), e não se pronuncia sobre as outras formas de evidência necessárias.(1) A ONU e outras organizações multilaterais (incluindo as comissões globais que patrocinam) continuam confiando em um modelo de “o expert sabe o que é melhor”. A renovação do Conselho Consultivo Científico do Secretário-Geral da ONU oferece uma oportunidade para uma melhor atuação.(2) Muito pode ser aprendido com as organizações que foram pioneiras em abordagens mais sistemáticas e transparentes para o uso de evidências, como o Comitê de Revisão das Diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) (que desenvolve recomendações normativas) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU.

Seções relacionadas: 4.2 Definições das formas em que as evidências são encontradas com maior frequência | 6.1 Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências | 6.2 Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências | 5.5 Uso de sínteses de evidências pelas entidades do sistema da ONU em seu trabalho | 7.1 Insights de uma análise de recomendações de comissões globais | **Relatório alinhado:** (3)

4

Relatório de referência — O Banco Mundial deve dedicar um próximo Relatório de Desenvolvimento Mundial para fornecer a concepção da arquitetura de evidências necessária em nível global, regional e nacional, incluindo os investimentos essenciais em bens públicos globais relacionados a evidências e em capacidades equitativamente distribuídas para produzir, compartilhar e usar evidências. Os passos do Banco Mundial no sentido de ser o “banco do conhecimento” têm sido demasiado hesitantes. Seu trabalho até o momento enfatiza algumas formas de evidências (p. ex., análise de dados) e, em grande parte, ignora outras (p. ex., síntese de evidências). Um relatório de referência pode estabelecer uma linguagem comum sobre as evidências e o uso delas que todos — tomadores de decisão, intermediários de evidências e produtores orientados para o impacto — podem usar. Pode ainda expor os muitos passos envolvidos na melhoria, incluindo o papel do Banco Mundial, de suas parcerias globais e de outras agências da ONU, em apoiar bens públicos globais relacionados a evidências, como as sínteses de evidências.

Seções relacionadas: 6.1 Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências | 6.2 Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências | 1.6 Linha do tempo dos principais desenvolvimentos no uso de evidências para responder aos desafios sociais | **Relatório alinhado:** (4)



5

Sistemas de suporte de evidências nacionais (e subnacionais) — Todos os governos nacionais (e subnacionais) devem rever o seu sistema de suporte de evidências existente (e infraestrutura de evidências mais ampla), preencher as lacunas, tanto internamente quanto através de parcerias, e informar publicamente sobre os seus progressos. Por exemplo, muitos governos não dispõem de um departamento de coordenação de suporte de evidências, uma unidade de *insights* comportamentais, um manual de uso de evidências e métricas relacionadas, bem como de outros componentes de um sistema ideal de suporte de evidências (conforme descrito na **seção 4.14**). Os governos também podem rever suas estruturas e processos “regulares” (p. ex., orçamento, planejamento, monitoramento e auditoria) para formalizar as “maneiras” de obter evidências. Sem o sistema adequado de suporte de evidências, a equipe não terá capacidade, oportunidade nem motivação para utilizar as evidências na elaboração de políticas governamentais.

Alguns governos podem optar por formalizar seus efeitos na legislação, como fizeram os Estados Unidos com a *Foundations for Evidence-Based Policymaking Act* (lei de bases para a legislação baseada em evidências). Muitos governos podem, inclusive, apoiar o uso de evidências no trabalho diário de líderes de organizações e profissionais, e na vida cotidiana dos cidadãos, além de respeitar explicitamente os direitos e saberes indígenas em seus esforços.

Seções relacionadas: **4.14** Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | **3.3** Formuladores de políticas governamentais e o contexto para o uso de evidências | **4.10** Direitos e saberes indígenas | **Relatório alinhado:** (3)

6

Equipes, parcerias e outros recursos — Os formuladores de políticas governamentais devem garantir que as esferas executivas e legislativas do governo tenham acesso a equipes, parcerias e outros recursos necessários para o suporte de evidências. Equipes de políticas, programas, técnicas e de bibliotecários, envolvidas no apoio aos formuladores de políticas governamentais (i.e., os funcionários que fornecem a “capacidade de absorção” para evidências no governo) precisam se manter a par dos desenvolvimentos no uso de evidências. Precisam ter parcerias (que podem incluir arranjos de assistência técnica) com produtores e intermediários de evidências especializados que complementem suas capacidades internas, além dos outros recursos necessários para aplicar essas capacidades (p. ex., acesso a documentos *online*).

Seções relacionadas: **3.3** Formuladores de políticas governamentais e o contexto para o uso de evidências | **5.3** Estratégias usadas pelos intermediários de evidências | **6.2** Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências | **Relatórios alinhados:** (3-5)

7

Conselheiros científicos — Os formuladores de políticas governamentais devem selecionar seus conselheiros científicos com base em sua capacidade para encontrar, contextualizar e comunicar diversas formas de evidências, e manter um sistema de suporte de evidências de alto desempenho. Muitos conselheiros científicos são, ao invés, selecionados com base em suas contribuições científicas passadas ou suas relações com funcionários seniores do governo. Assim como ocorre com funcionários da equipe política e outros, os conselheiros científicos têm de se manter a par dos muitos desenvolvimentos no uso de evidências. Tais evidências incluem as oito formas de evidências discutidas neste relatório, evidências de todas as áreas da saúde, ciências naturais e sociais, bem como evidências de todos os setores. Muitas dessas formas de evidências estão agora disponíveis como produtos vivos de evidências.

Seções relacionadas: **3.3** Formuladores de políticas governamentais e o contexto para o uso de evidências | **4.14** Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | **4.2** Definições das formas em que as evidências são encontradas com maior frequência | **4.7** Produtos vivos de evidências

8

Conselhos consultivos — Os formuladores de políticas governamentais devem manter os conselhos consultivos comprometidos com os padrões mais elevados no uso de evidências. Muitos conselhos consultivos não usam uma combinação das melhores evidências locais (p. ex., análise de dados de nível nacional ou subnacional) e sínteses das melhores evidências globais, nem combinam a forma correta de evidência com a questão relacionada à decisão certa. Geralmente não usam processos deliberativos robustos, incluindo dar voz aos indivíduos que podem levar uma perspectiva de equidade para interpretar o que as evidências significam para determinados grupos. Também não costumam distinguir entre as suas recomendações que são baseadas nas melhores evidências e as que não são.

Seções relacionadas: **4.4** Interação de evidências locais e globais | **4.3** Como combinar perguntas relacionadas à decisão com formas de evidências | **1.7** Considerações de equidade | **4.5** Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade

9

Construindo uma base de evidências mais diversificada — Os formuladores de políticas governamentais devem complementar o seu suporte geral para a coleta e compartilhamento de dados com o suporte específico para uma base de evidências mais diversificada que possa informar a tomada de decisão de maneira equitativa. Os relatórios das comissões globais anunciam consistentemente o valor do “big data”. Em grande parte, não mencionam o que constitui uma análise de dados robusta, os tipos de perguntas que a análise de dados pode responder, e as muitas outras formas de evidências necessárias para responder questões que a análise de dados não pode responder. Também não se pronunciam em grande medida sobre a necessidade de fazer um melhor uso do estoque de evidências existentes em todas as suas formas, de construir uma base de evidências diversificada por meio de todos os investimentos propostos, e de melhorar a relação sinal/ruído no compartilhamento das evidências existentes e das novas evidências.

Seções relacionadas: [7.1 Insights](#) de uma análise de recomendações de comissões globais | [4.3](#) Como combinar perguntas relacionadas à decisão com formas de evidências | [4.5](#) Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade | [1.7](#) Considerações de equidade | [Relatórios alinhados: \(4; 6-13\)](#)

10

Ciência aberta — Os formuladores de políticas governamentais devem incentivar a ciência aberta como instrumento central para viabilizar o uso de evidências na tomada de decisão. O compartilhamento de dados anônimos, amostras físicas e software (como o usado na modelagem) – ao mesmo tempo em que garante padrões adequados para assegurar a privacidade dos dados – possibilita muitos tipos de análise de dados e diversas avaliações. Enfrentar os fatores que levam os pesquisadores com financiamento público a colocar bens públicos globais, como sínteses de evidências, atrás do “acesso pago” (*paywall*) das editoras, ajudará os tomadores de decisão e intermediários de evidências, bem como outros produtores de evidências, a acessar as evidências de que precisam.

Seção relacionada: [6.1](#) Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências | [Relatório alinhado: \(14\)](#)

11

Inteligência artificial — Os formuladores de políticas governamentais devem garantir que os regimes regulatórios e os esquemas de validação em andamento para inteligência artificial otimizem os benefícios da inteligência artificial para os sistemas de suporte de evidências e minimizem seus danos. O aprendizado de máquina e outras abordagens criaram novas oportunidades substanciais em análise de dados, síntese de evidências e outras formas de evidências, mas também têm um potencial significativo para causar danos. Por exemplo, essas abordagens podem perpetuar ou aumentar inadvertidamente o risco de discriminação. Os formuladores de políticas também podem trabalhar com os pesquisadores para garantir que esses métodos analíticos sejam relatados de forma transparente, replicados criteriosamente, interpretados e usados de forma adequada. Em particular, a capacidade de fazer inferências causais é geralmente superestimada, levando a interpretações e usos inadequados na tomada de decisão.

Seção relacionada: [4.7](#) Produtos vivos de evidências | [Relatório alinhado: \(15\)](#)



Líderes de organizações, profissionais e cidadãos

12

Contribuições de associações organizacionais, entidades profissionais e grupos da sociedade civil — Todas as relevantes associações organizacionais, entidades profissionais e grupos da sociedade civil orientados para o impacto devem rever suas contribuições para o seu sistema de suporte de evidências nacional (ou subnacional) (e infraestrutura de evidências mais ampla), preencher as lacunas tanto internamente como através de parcerias, e informar seus membros sobre seus progressos. A maioria das organizações e praticamente todos os profissionais e cidadãos precisam ser capazes de contar com um sistema de suporte de evidências que atenda às suas necessidades, ao mesmo tempo em que lide com conflitos de interesse e evite “distorção”. As associações organizacionais (como aquelas que representam e apoiam conselhos escolares) e as entidades profissionais (como aquelas que representam e apoiam assistentes sociais) podem se tornar partes essenciais de um sistema de suporte de evidências nacional (e subnacional). Os grupos da sociedade civil podem responsabilizar todos esses grupos pela forma como apoiam o uso de evidências para responder aos desafios sociais.

Seções relacionadas: [3.4](#) Líderes de organizações e o contexto para o uso de evidências | [3.5](#) Profissionais e o contexto para o uso de evidências | [3.6](#) Cidadãos e o contexto para o uso de evidências | [4.14](#) Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | [Relatórios alinhados: \(11; 16; 17\)](#)

13

Evidências na vida cotidiana — **Os cidadãos devem considerar tomar decisão sobre o seu bem-estar e o de suas famílias com base nas melhores evidências; gastar seu dinheiro em produtos e serviços que são apoiados pelas melhores evidências; fazer trabalho voluntário e doar dinheiro para iniciativas que usam evidências para tomar decisões sobre o que fazem e como o fazem; e apoiar políticos que se comprometam a usar as melhores evidências para responder aos desafios sociais e que se empenhem (juntamente com outros) para apoiar o uso de evidências na vida cotidiana.** Os formuladores de políticas governamentais, entre outros, precisam garantir que os cidadãos tenham acesso às melhores evidências, às declarações comprovadas por evidências e aos recursos e *websites* com base em evidências que sejam simples de usar para fazer escolhas informadas em todos os momentos, não apenas durante crises globais. Além disso, precisam ajudar a construir o letramento midiático e informacional dos cidadãos, fornecer a transparência necessária para que as pessoas saibam quando as decisões, os serviços e as iniciativas se baseiam nas melhores evidências e, de maneira mais geral, criar uma cultura em que as evidências sejam compreendidas, valorizadas e usadas.

Seções relacionadas: 3.6 Cidadãos e o contexto para o uso de evidências | 4.11 Desinformação e infodemia | **Relatórios alinhados:** (3; 5; 10; 16; 18; 19)



Intermediários de evidências

14

Intermediários de evidências dedicados — **Os intermediários de evidências dedicados devem dar um passo adiante para preencher as lacunas deixadas pelo governo, dar continuidade se a rotatividade da equipe no governo for frequente e potencializar fortes conexões com redes globais.** Os intermediários de evidências trabalham “na intersecção” entre tomadores de decisão e produtores de evidências, apoiando os tomadores com as melhores evidências e os produtores com *insights* e oportunidades para causar um impacto com as evidências. Assim como acontece com os conselheiros científicos governamentais, os intermediários precisam ser capazes de encontrar e comunicar diversas formas de evidências e manter (pelo menos uma parte de) um sistema de suporte de evidências de alto desempenho. A COVID-19 demonstrou – em alguns países e em alguns momentos – o valor da parceria de intermediários com líderes comunitários para engajar aqueles que podem não ter sido bem representados no passado por evidências que foram geradas, compartilhadas ou usadas de forma inadequada.

Seções relacionadas: 5.1 Tipos de intermediários de evidências | 5.3 Estratégias usadas pelos intermediários de evidências | 4.2 Definições das formas em que as evidências são encontradas com maior frequência | 4.14 Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | **1.7 Considerações de equidade** | **Relatórios alinhados:** (8; 20)

15

Plataformas de notícias e redes sociais — **As plataformas de notícias e redes sociais devem construir relacionamentos com intermediários de evidências dedicados que possam ajudar a potencializar as fontes de melhores evidências, e com produtores de evidências que possam ajudar a comunicar as evidências de forma eficaz, bem como garantir que seus algoritmos apresentem as melhores evidências e combatam a desinformação.** Os jornalistas e os verificadores de fatos precisam se familiarizar com as sínteses de evidências e usá-las para fazer perguntas específicas sobre qualquer evidência que lhes seja apresentada e quaisquer “outras coisas” que possam ser oferecidas como um substituto para as melhores evidências. A familiaridade com as sínteses de evidências inclui: a importância de contextualizar e situar novos estudos em um conjunto de evidências mais amplo; a fundamentação para preferir sínteses de estudos de alta qualidade a estudos únicos, pequenos e mal executados; o conceito de incerteza científica; a natureza evolutiva das evidências e como isso se relaciona com as recomendações emergentes e de substituição; a importância e o papel do viés e do conflito de interesse; e a importância de relatar de modo a evitar “distorção”.

Seções relacionadas: 5.1 Tipos de intermediários de evidências | 4.4 Interação de evidências locais e globais | 4.8 Melhores evidências *versus* outras coisas (e como obter o melhor de outras coisas) | 4.11 Desinformação e infodemia | **Relatórios alinhados:** (21; 22)

16

Relação oportuna e responsável entre as melhores evidências e a pergunta colocada — **Todos os intermediários de evidências devem – de forma oportuna e responsável – apoiar o uso das melhores evidências para responder à pergunta que está sendo feita (ou que deve ser feita de acordo com a área de interesse do tomador de decisão).** Algumas formas de evidências podem ajudar a responder uma pergunta sobre um problema (p. ex., análise de dados); outras podem ajudar a responder uma pergunta sobre opções para resolver um problema ou sobre uma estratégia de implementação (p. ex., avaliação de benefícios, danos e custos). As sínteses das melhores evidências globais precisam ser complementadas com as melhores evidências locais, bem como por outras formas de análise (p. ex., análise de políticas e sistemas e uma análise política) que podem ajudar a compreender os fatores contextuais que influenciam se e como as evidências são usadas. Serão necessários novos produtos de evidências inovadores para traçar o perfil de uma combinação de melhores evidências.

Seções relacionadas: 4.3 Como combinar perguntas relacionadas à decisão com formas de evidências | 4.4 Interação de evidências locais e globais



17

Preenchendo lacunas e aderindo a padrões — Os grupos de evidências devem antecipar e preencher lacunas, e aderir aos padrões para suas respectivas formas de evidências. Há muitos tópicos prioritários sem síntese de evidências disponível, e diversos tópicos com excesso de sínteses de evidências disponíveis. Muitas sínteses de evidências são de baixa qualidade e estão desatualizadas. Isso vale para a COVID-19, mesmo quase dois anos após o início da pandemia global.

Seções relacionadas: 4.6 Cobertura, qualidade e atualidade das sínteses de evidências | 4.5 Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade | **Relatórios alinhados:** (3; 23)

18

Respondendo, referenciando ou trabalhando com outros — Os grupos de evidências devem aproveitar suas vantagens comparativas, colaborar com grupos que tenham vantagens comparativas complementares, e ajudar a construir um sistema de suporte de evidências melhor em seu país e uma melhor arquitetura global de evidências. Os grupos de evidências podem responder aos tipos de perguntas que melhor correspondam às formas de evidências que produzem. Podem referenciar outras questões a outros grupos. Também podem adotar uma orientação de impacto coletivo e trabalhar em colaboração com outros grupos para produzir produtos de evidências mais integrativos. Esses produtos de evidências podem combinar evidências nas muitas formas descritas neste relatório, evidências de todas as áreas da saúde, ciências naturais e sociais, bem como evidências de todos os setores. Os grupos de evidências podem levar discernimento, humildade e empatia para tudo o que fazem, e encorajar aqueles que compartilham e usam evidências a fazer o mesmo.

Seções relacionadas: 4.3 Como combinar perguntas relacionadas à decisão com formas de evidências | 4.14 Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | 6.1 Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências | 6.2 Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências | **Relatório alinhado:** (3)

19

Aprendendo com grupos de evidências de outros setores — Os grupos de evidências devem estar abertos para adaptar inovações de outros setores. Cochrane foi pioneira em muitas abordagens para sintetizar estudos sobre o que funciona na saúde, incluindo sínteses vivas de evidências. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) foi pioneiro em muitas abordagens para modelar as mudanças climáticas causadas pelo homem a longo prazo. A Cochrane e o IPCC podem aprender um com o outro, e outros podem aprender com ambos.

Seções relacionadas: 4.4 Interação de evidências locais e globais | 4.7 Produtos vivos de evidências

20

Preparando para atuar em emergências globais — Os grupos de evidências devem garantir que tenham a agilidade necessária para atuar em novos tópicos quando surgirem emergências globais. Muitas comissões globais sobre a COVID-19 defendem a pesquisa exploratória (*foundational research*) sobre vacinas, diagnósticos e tratamentos terapêuticos. Não estão se pronunciando sobre a necessidade de fazer isso para as muitas formas de evidências que determinarão se esses produtos chegarão às pessoas que precisam deles. Os grupos de evidências focados nessas questões mais amplas retornarão, inevitavelmente, às suas áreas de foco existentes, mas precisarão estar preparados para voltar a se concentrar em uma pandemia ou outra emergência global. As comissões globais também ainda não se pronunciaram sobre a necessidade de ter os protocolos para ensaios clínicos randomizados e outros desenhos de estudo, bem como sistemas de suporte de evidências nacionais e uma arquitetura global de evidências mais ampla, “prontos para o uso” ou já em uso.

Seções relacionadas: 7.1 Insights de uma análise de recomendações de comissões globais | 4.14 Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências

21

Tornando as evidências comprehensíveis — **Os grupos de evidências devem preparar “produtos derivados” que comuniquem o que sabemos (e com que certeza sabemos) de maneiras que façam sentido para os seus públicos-alvo.** Como os padrões de qualidade não existem para modelagem da maneira como existem para outras formas de evidências, os modeladores precisam compartilhar publicamente detalhes suficientes sobre seu modelo para que outros possam avaliá-lo (p. ex., estrutura do modelo, dados usados, consistência e seu *software* ou ferramenta). As considerações de comunicação incluem as necessidades informacionais dos tomadores de decisão, os formatos que facilitam a compreensão das mensagens principais e o aprofundamento se houver interesse (às vezes chamado de entrada gradativa), a redação em linguagem simples e a tradução para outros idiomas.

Seções relacionadas: 4.5 Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade | 5.3 Estratégias usadas pelos intermediários de evidências | **Relatório alinhado:** (24)

22

Responsabilidades das instituições acadêmicas — **As instituições acadêmicas, e seus financiadores públicos, devem incentivar os membros do corpo docente a contribuírem para o seu sistema de suporte de evidências nacional (ou subnacional) e para os bens públicos globais relacionados a evidências.** Os incentivos existentes tendem a recompensar apenas financiamentos para revisão por pares e publicações, bem como valorizar os primeiros a publicar sobre um tópico, em vez de contribuir para estudos mais definitivos. Alguns países estão usando exercícios periódicos de avaliação institucional para destinar maior atenção ao impacto das evidências (p. ex., a Estrutura de Excelência em Pesquisa [REF, na sigla em inglês] do Reino Unido). Incentivos adicionais podem recompensar o trabalho necessário para atingir impacto (p. ex., engajamento com e responsividade para tomadores de decisão) e para apoiar as melhores evidências (p. ex., priorizando a qualidade no lugar da quantidade de publicações e comunicando *insights* a partir de conjuntos de evidências em vez de seus próprios estudos únicos). O interesse na visibilidade para financiadores e filantropos incentiva o foco em comunicados à imprensa e entrevistas na mídia para estudos únicos em vez de melhores evidências que estejam prontas para ampla divulgação.

Seções relacionadas: 5.4 Condições que podem ajudar e atrapalhar os intermediários de evidências | 4.14 Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | 6.1 Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências | 4.5 Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade | 4.8 Melhores evidências *versus* outras coisas (e como obter o melhor de outras coisas)

23

Responsabilidades dos periódicos — **Os editores de periódicos devem melhorar a forma como apoiam o uso das melhores evidências.** Os periódicos podem exigir dos revisores o uso de recomendações para relatar e *checklists* de avaliação crítica, a inserção de estudos únicos no contexto de sínteses de evidências, e o compartilhamento de dados de estudo anônimos. Podem também se comprometer a publicar relatórios de pesquisa não positivos e estudos de replicação, evitando “distorção”, e agindo rapidamente quando informados sobre má conduta científica. Os periódicos precisam encontrar uma maneira oportuna de publicar atualizações para os produtos vivos de evidência. Também precisam garantir que as demoras na publicação nunca impeçam o compartilhamento público de evidências que sejam urgentes para a tomada de decisão (e, reciprocamente, que o compartilhamento público não impeça a publicação posterior em um periódico).

Seções relacionadas: 5.4 Condições que podem ajudar e atrapalhar os intermediários de evidências | 4.5 Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade | 4.4 Intereração de evidências locais e globais | 6.1 Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências



Financiadores

24

Financiamento — **Governos, fundações e outros financiadores devem gastar de maneira “mais inteligente” e preferencialmente em apoio a evidências.** Podem comprometer-se a garantir que 1% do financiamento seja atribuído a infraestruturas de evidências nacionais (e subnacionais) (com uma quota razoável para o sistema de suporte de evidências e o sistema de implementação de evidências, conforme descrito na **seção 4.14**), e podem monitorar a adesão aos padrões. Podem assegurar que 10% desse financiamento seja atribuído a bens públicos globais relacionados a evidências, se essa responsabilidade não tiver sido assumida por organizações multilaterais, como o Banco Mundial e outras agências da ONU. Os governos de países de alta renda e os financiadores globais podem dedicar 1% do seu financiamento para o desenvolvimento internacional às capacidades distribuídas equitativamente para o uso de evidências.

Seções relacionadas: 4.14 Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | 6.1 Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências | 6.2 Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências | **Relatório alinhado:** (3)

Como observou Nick Hart do Centro de Políticas Bipartites (BPC, na sigla em inglês) (ao participar de uma série de *podcasts* sobre a Comissão dos Estados Unidos sobre a formulação de políticas baseada em evidências, e a Lei de Evidências e memorandos executivos subsequentes), deve haver apoio bipartite para a construção e o uso de evidências, mesmo que frequentemente não haja acordo bipartite sobre o que as evidências dizem e o que significam para um contexto específico.(25)

Agora é o momento de agir. Os tomadores de decisão em todo o mundo – formuladores de políticas governamentais, líderes de organizações, profissionais e cidadãos – precisam das melhores evidências para responder aos desafios sociais. Para garantir que os tomadores de decisão tenham o que precisam, não devemos apenas nos preparar para a próxima emergência global e depois ver esses preparativos serem desmontados com o passar dos anos e passarmos a outros desafios. O mundo precisa de uma infraestrutura ágil, metodologicamente forte e imparcial que faça interseção com aqueles que levam conhecimento de conteúdo específico para um dado desafio social. Precisamos de bens públicos globais e capacidades distribuídas de forma equitativa para produzir, compartilhar e usar as melhores evidências. Precisamos de capacidade, oportunidade e motivação, por um lado, e discernimento, humildade e empatia, por outro.



Formulador de políticas governamentais, Andrew Leigh

Político experiente, levando formação econômica e jurídica para a elaboração e o debate de políticas públicas

A participação na preparação deste relatório e nas discussões entre os comissários mudou meu pensamento sobre o que posso fazer pessoalmente, o que os países como o meu precisam fazer e o que gostaria que as organizações multilaterais fizessem.

Particularmente, a **seção 4.8** – melhores evidências *versus* outras coisas – é a minha seção favorita. Oferece muitos conselhos sensatos sobre como obter mais das “outras coisas” que representantes eleitos como eu recebem regularmente, tais como um *preprint* de um estudo único, um *expert* com uma opinião, um painel de *experts* oferecendo recomendações, e um monitoramento de jurisdições. Há alguns anos, escrevi um livro sobre ensaios randomizados. Agora, depois de trabalhar neste relatório, estou ainda mais entusiasmado com a necessidade de avaliações de políticas randomizadas. Um dos pontos fortes dos ensaios é que podem ser explicados facilmente para os cidadãos. Podem nos ajudar a contornar as preocupações dos cidadãos sobre a “tecnocracia”, uma vez que pessoas comuns sentem que estão sendo enganadas por processos de tomada de decisão que não entendem. A confiança no governo não se resume a tomar as decisões certas; trata-se de tomar decisões que os cidadãos percebam como corretas.

A avaliação não é uma questão de elite. As evidências são para todos. Nossa relatório oferece sugestões a indivíduos, governos e organizações não governamentais. Se uma pessoa está analisando as evidências sobre como parar de fumar ou perder peso, deve examinar as sínteses de evidências, não estudos únicos. Se um jornalista escreve sobre saúde, o acesso regular à Cochrane o levará a encontrar evidências que apresentam a essência de milhares de tópicos. Para os veículos de comunicação que reportam questões sobre política social, a Colaboração Campbell oferece o mesmo serviço. Nossa relatório propõe que os governos possam fazer um melhor uso das evidências em suas decisões e construam a base de evidências por meio de avaliações rigorosas. As organizações internacionais devem recorrer mais às evidências e o Banco Mundial precisa preparar um relatório de referência sobre o uso das melhores práticas de evidências.

As organizações internacionais diferem consideravelmente na forma como utilizam as evidências. Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas usam uma abordagem altamente rigorosa para selecionar e classificar as evidências sobre o aquecimento global e suas consequências. Outras organizações mundiais são menos sistemáticas no uso de evidências, frequentemente se baseando em estudos únicos, citando apenas a opinião de *experts* quando existe um corpo substancial de literatura revisada por pares, ou extrapolando evidências entre contextos muito diferentes. Não se trata de organizações internacionais intencionalmente desvirtuando a ciência – essas organizações estão empenhadas em melhorar e *experts* externos podem ajudá-las a fazer isso avaliando relatórios à luz das políticas publicadas de cada organização sobre como usar evidências. Conforme descrito na **seção 5.5**, a identificação e exposição de pontos a serem trabalhados teve um impacto tremendamente positivo no uso de evidências pela Organização Mundial da Saúde, a partir de 2007. Outras partes do sistema da ONU precisam seguir o exemplo da OMS.

Entre as organizações filantrópicas, há um reconhecimento crescente de que a avaliação de alta qualidade pode criar um ciclo virtuoso: permitindo que programas ineficazes sejam progressivamente substituídos e programas eficazes sejam expandidos. O movimento do altruísmo eficaz em franco crescimento está exigindo que as instituições de caridade produzam evidências rigorosas de seu impacto. Por exemplo, o *GiveWell.org* estima que duas de suas instituições de caridade mais bem conceituadas – a *Against Malaria Foundation* e o *Malaria Consortium* – salvam, cada uma, uma vida para cada US\$4.500 adicionais que gastam em seus programas. Esse é um poderoso incentivo para os doadores apoiarem essas instituições de caridade. Mais evidências do impacto direto de outras instituições de caridade poderiam ajudar a impulsionar uma corrida filantrópica para o topo.



7.3 Anexo da seção 7.1 – Achados detalhados da análise de recomendações de comissões globais

Domínio	Principais achados
 Mecanismos de alavancagem para provocar mudanças	<p>Muitas comissões globais preconizaram medidas e mecanismos amplos e necessários para estimular a mudança, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura estratégica aprovada por uma cúpula global – para estabelecer um vocabulário compartilhado e objetivos e fazer escolhas estratégicas sobre as prioridades de curto e longo prazo – acompanhada por um programa de ação e estrutura de responsabilização (ou uma Assembleia Especial da ONU), bem como planos regionais de implementação endossados por uma cúpula regional • Medidas voluntárias, como um código de prática, padrões, diretrizes, procedimentos, conjuntos de ferramentas e “diálogos sobre políticas” • Abordagens de monitoramento e melhoria, como indicadores, <i>benchmarks</i> (parâmetros de referência), metas, análises das despesas funcionais, avaliações independentes e perfis de alto desempenho • Mecanismos de planejamento, como orçamento multissetorial e planejamento de programas • Assistência técnica e financeira, e arranjos de parcerias, que podem ser rapidamente implantados quando se abrem janelas de oportunidade ou surgem crises • Mecanismos de financiamento, como o financiamento para implementação ou expansão, o financiamento condicionado a atividades ou desfechos (i.e., incentivos), uma parcela relativa maior dos compromissos de financiamento existentes, e um mecanismo centralizado para doações individuais • Novos pontos focais dentro ou envolvendo instituições existentes, como um representante especial da ONU (e possivelmente representantes regionais e enviados nacionais), um comitê intergovernamental da ONU ou uma força-tarefa interagências, um órgão de alto nível, e um observatório global, bem como grupos complementares como uma “aliança de campeões” • Tratados juridicamente vinculativos, como as convenções de estrutura • Elementos extraídos de uma estratégia mais ampla: <ul style="list-style-type: none"> ◦ para apoiar a ação do país, como uma estrutura, conjunto de ferramentas de implementação, seleção e construção de uma dinâmica nos países, criação de compromissos e planos nacionais, potencialização de instituições especializadas, compartilhamento de melhores práticas e acompanhamento do progresso ◦ para a ação climática, como objetivos globais claros, um mecanismo para assumir e ratificar compromissos nacionais, e uma forte estrutura de implementação ◦ para a preparação e resposta a pandemias, como uma estrutura, mecanismo de governança, engajamento de instituições existentes, capacidade “sempre ativa”, agrupamento global, e a rápida articulação e expansão ◦ para a coordenação interinstitucional e “nivelamento”, como o Secretário-Geral da ONU, líderes de agências da ONU e presidentes e acionistas de bancos multilaterais de desenvolvimento, alinhando as ações normativas, consultivas e de investimento de suas instituições ◦ para impulsionar a autoridade institucional existente, como o Fundo Monetário Internacional, dando mais atenção a questões específicas em suas atividades de vigilância, conforme o Artigo IV
 Capítulo 2: Natureza dos desafios sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas comissões globais propuseram o enquadramento de um desafio social de formas que haja mais possibilidades de gerar ações <ul style="list-style-type: none"> ◦ e.g., estruturar como um problema de sistemas adaptativos complexos (Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano) ◦ e.g., reformular os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como sendo para e sobre as crianças, além das emissões de gases de efeito estufa como uma ameaça ao futuro das crianças (Comissão OMS-UNICEF-Lancet sobre um futuro para as crianças do mundo) ◦ e.g., conceituar a saúde dos adolescentes de forma mais abrangente para que ocupem uma posição central nas agendas existentes e emergentes, bem como defender a idade das “segundas chances” e a oportunidade de “dividendos triplos” (Comissão Lancet sobre saúde e bem-estar do adolescente) ◦ e.g., enquadrar o desafio em termos sindêmicos e de sistemas para mostrar a conexão inerente e origens sistêmicas, para justificar plataformas para trabalho colaborativo, e para chamar a atenção para ações de trabalho duplo e triplo (Comissão Lancet sobre a sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas) • Algumas comissões globais recomendaram formas de responder a desafios sociais para que as ações sejam mais propensas a gerar impactos <ul style="list-style-type: none"> ◦ e.g., abordar o desafio com um pacote essencial e integrado de intervenções (Comissão Guttmacher-Lancet sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos para todos) ◦ e.g., planejar e sequenciar investimentos para aumentar os benefícios das interligações entre os setores (Painel de alto nível sobre a água) ◦ e.g., investir em grandes compras, boas compras e compras promissoras, conforme determinado pelas melhores evidências (Painel consultivo global de evidências em educação) ◦ e.g., enquadrar como um problema de sistemas adaptativos complexos que requer uma combinação de abordagens descendente (<i>top-down</i>) e ascendente (<i>bottom-up</i>) que pode acomodar ciclos de <i>feedback</i> e apoiar a adaptação e a aprendizagem (Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano) • Algumas comissões globais também recomendaram previsão e inovações como domínios que podem complementar as evidências na resposta aos desafios sociais.



Capítulo 3:
Decisões e
tomadores
de decisão:
Demanda por
evidências

- Muitas recomendações de comissões globais propuseram que os **formuladores de políticas governamentais** usassem instrumentos de política específicos para responder a um desafio social, embora geralmente não tivessem se pronunciado sobre como os formuladores de políticas poderiam ou deveriam usar evidências na seleção ou aplicação desses instrumentos de política
 - e.g., instrumentos de informação e educação, como relatórios públicos sobre o progresso e os impactos na saúde e no meio ambiente (Comissão global do oceano) e na equidade (p. ex., Comissão global de adaptação), bem como educação para construir vários tipos de letramento (p. ex., Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição) e plataformas digitais para fornecer a educação ou campanhas (Comissão independente de alto nível da OMS sobre doenças não transmissíveis);
 - e.g., instrumentos voluntários, como estruturas (*frameworks*), diretrizes (p. ex., Força-tarefa global sobre controle do cólera), conjuntos de ferramentas, parcerias com instituições especializadas e redes
 - e.g., instrumentos econômicos, como despesas públicas, contratos, precificação de externalidades e contabilidade de custos reais (Aliança da alimentação e uso da terra)
 - e.g., instrumentos legais, como regulamentos para abordar padrões (Comissão global sobre a economia e o clima), contratos públicos (Comissão global sobre governança da Internet) e divulgações de conflitos de interesse e outros fatores (Painel de alto nível sobre acesso a medicamentos)
- Muitas recomendações de comissões globais propuseram que os formuladores de políticas governamentais usassem estruturas e processos específicos, embora, mais uma vez, não tivessem geralmente se pronunciado sobre como os formuladores de políticas poderiam ou deveriam usar evidências na seleção ou aplicação desses instrumentos de política
 - e.g., mecanismos de tomada de decisão intersetoriais (Comissão global para ação urgente sobre eficiência energética) e iniciativas de apoio à coerência política (Comissão global sobre o futuro do trabalho)
 - e.g., processos participativos de formulação de políticas (Comissão 3-D sobre determinantes de saúde, dados e tomada de decisão)
 - e.g., auditorias independentes e ouvidorias (*ombudsman*) (Comissão Lancet sobre a síndrome global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas)
 - e.g., planos nacionais
- Um número menor de comissões globais propôs que **líderes de organizações** – especialmente os líderes de empresas – usassem abordagens específicas para responder a um desafio social e, quando o fizeram, mais uma vez essas comissões não se pronunciaram sobre como os líderes poderiam ou deveriam usar evidências na seleção ou aplicação dessas abordagens
 - e.g., compromisso com princípios como os princípios do Pacto Global da ONU e Princípios Orientadores da ONU para Empresas e Direitos Humanos (Comissão de desenvolvimento sustentável e empresarial) e os princípios ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês) expandidos (Painel global de alto nível sobre água e paz)
 - e.g., uso de ferramentas financeiras inovadoras, como precificação de externalidades (i.e., precificação que reflete externalidades ambientais e sociais), ferramentas de financiamento combinado para apoiar os investimentos dos ODS (i.e., recompensar a realização de impactos ambientais e sociais juntamente com retornos financeiros), dívida vinculada à sustentabilidade (i.e., precificação condicionada ao cumprimento de metas de sustentabilidade), e pagamento pela proteção ambiental (pagamentos por serviços que protegem e gerenciam a natureza) (Comissão de desenvolvimento sustentável e empresarial), bem como parcerias público-privadas para reduzir o risco de investimento (Painel de alto nível sobre deslocamento interno)
 - e.g., aproveitar os mecanismos internos, como autoauditorias, estabelecer metas de contratação e oferecer incentivos aos gerentes por meio de avaliações de desempenho e compensação vinculada às metas (Painel de alto nível sobre o empoderamento econômico das mulheres)
- Uma comissão global se referiu a uma expectativa de que os líderes de organizações vão “apoiar a ciência sólida e fazer uso dos resultados na definição de metas baseadas na ciência em seus roteiros setoriais” (Comissão de desenvolvimento sustentável e empresarial)
- Poucas comissões globais recomendaram que os **profissionais** respondessem aos desafios sociais independentemente de seu papel nos governos e organizações, embora uma comissão tenha recomendado aos profissionais promoverem abordagens baseadas em evidências (Comissão global de políticas sobre drogas)
- Poucas comissões globais recomendaram que os **cidadãos** desempenhassem um papel mais ativo na resposta aos desafios sociais
 - e.g., manterem-se informados sobre seus direitos e prerrogativas, comunicar suas necessidades e preferências aos prestadores de serviços, e ter letramento em saúde e dados (Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS)
 - e.g., encorajar os cidadãos que agem como formadores de opinião a desempenharem seu papel com responsabilidade e responsabilizar os tomadores de decisão (Comissão global de políticas sobre drogas)
 - e.g., desenvolver a capacidade de se envolver na formulação de políticas (Painel global de alto nível sobre água e paz)
- Algumas comissões globais observaram os papéis que outras pessoas podem desempenhar no apoio aos cidadãos, incluindo jornalistas (Painel de alto nível sobre deslocamento interno) e profissionais como professores, policiais, trabalhadores comunitários e profissionais de saúde (Comissão Lancet sobre saúde e bem-estar do adolescente)
- Uma comissão global recomendou que os cidadãos “pressionassem por uma maior responsabilidade social por meio de boletins dos cidadãos, monitoramento da comunidade, auditorias sociais, orçamento participativo, cartas dos cidadãos e comitês de saúde” (Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS)



Capítulo 4:
Estudos,
sínteses e
diretrizes:
Oferta de
evidências

- Muitas recomendações das comissões globais preconizaram o aumento da coleta e compartilhamento de dados, que são um fundamento para a **análise de dados** como uma forma de evidências, porém:
 - pouca atenção foi dada ao problema da parcimônia no que é coletado, à qualidade dos dados e da análise de dados, e à oportunidade no compartilhamento (com uma exceção na Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS)
 - parece presumir que uma robusta análise de dados será realizada e depois apresentada de formas que possa informar a tomada de decisão e apoiar a responsabilização, inclusive com atenção a considerações de equidade
 - não fica claro quais tipos de perguntas a análise de dados pode responder melhor ou as formas de evidências que podem responder outros tipos de perguntas necessárias para a tomada de decisão
- Algumas dessas recomendações das comissões globais preconizaram ações específicas relacionadas ao aumento da coleta e compartilhamento de dados e ao equilíbrio dos benefícios e danos do uso de inteligência artificial (embora não necessariamente no contexto da análise de dados)
 - e.g., harmonizar métricas, estabelecer sistemas de monitoramento e compartilhar dados de acesso aberto (Comissão global de adaptação)
 - e.g., estabelecer uma plataforma global de compartilhamento de dados (Comissão global do oceano e Global Zero) e um observatório global que possa apoiar comparações entre países (Painel de alto nível de experts sobre segurança alimentar e nutrição e Comissão UCL–Lancet sobre migração e saúde)
 - e.g., regulamentar a inteligência artificial (Comissão global sobre o futuro do trabalho) e garantir que seja projetada de forma a permitir que as ações sejam explicadas e que os humanos sejam responsáveis por essas ações (Painel de alto nível sobre cooperação digital)
- Quando outras formas de evidências foram abordadas, as recomendações apresentaram uma tendência a propor o aumento do fluxo de **novas evidências**, como novas avaliações (Painel independente de alto nível do G20 sobre o financiamento de bens comuns globais para preparação e resposta à pandemia), mas não
 - a melhoria da relação sinal/ruído no fluxo de tais evidências
 - o melhor uso dos estoques de evidências existentes
 - a combinação de diversas formas de evidências
- Algumas comissões globais recomendaram **avaliações**
 - e.g., avaliar o que funciona (Comissão de educação; Comissão global de adaptação; Comissão OMS-UNICEF-Lancet sobre um futuro para as crianças do mundo; Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS; Comissão Lancet sobre saúde e bem-estar do adolescente; e Comissão Lancet sobre mulheres e doenças cardiovasculares)
 - e.g., avaliar impactos em vários domínios (p. ex., impactos de saúde, econômicos e ambientais) e horizontes temporais (Comissão 3-D sobre determinantes de saúde, dados e tomada de decisão)
 - e.g., pré-aprovar desenhos de ensaios em preparação para emergências sanitárias (Comissão sobre uma estrutura de risco de saúde global para o futuro) e ter capacidade regional para ensaios (Painel independente para preparação e resposta à pandemia)
 - e.g., avaliar produtos como vacinas, diagnósticos e tratamentos terapêuticos (Força-tarefa de crises de saúde global), embora não as estratégias de arranjos de sistemas e de implementação que podem levar os produtos certos às pessoas que precisam deles
- Poucas comissões globais recomendaram **pesquisa do comportamento / de implementação**
 - e.g., impulsionar *insights* comportamentais e economia comportamental (Comissão global para ação urgente sobre eficiência energética; Comissão global sobre a economia e o clima)
 - e.g., usar campanhas e outras estratégias para mudar comportamentos, como rotulagem de alimentos (*Champions 12.3*), embora sem menção explícita sobre a necessidade de pesquisas do comportamento / de implementação
- Um número ainda menor de comissões globais recomendou outras formas de evidências, como:
 - **modelagem** (*Champions 12.3* e Comissão Lancet sobre a síndrome global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas)
 - **informações qualitativas**, nesse caso pesquisa em ciências sociais para apoiar o engajamento da comunidade (Força-tarefa de crises de saúde global)
 - **sínteses de evidências**, nesse caso sobre grandes compras, boas compras e evidências promissoras, mas limitadas (Painel consultivo global de evidências em educação)
 - **diretrizes**, nesse caso diretrizes baseadas em evidências sobre a “programação” (*scheduling*) de drogas (ilícitas) (Comissão global de políticas sobre drogas)
- Uma comissão global recomendou o uso de muitas formas de evidências (Painel de alto nível de experts sobre segurança alimentar e nutrição), enquanto outra recomendou a publicação obrigatória de protocolos e achados de estudos, e o compartilhamento obrigatório de dados individuais anônimos de pacientes (Painel de alto nível sobre acesso a medicamentos)



Capítulo 5: Papel dos intermediários de evidências

- Muitas comissões globais recomendaram que o **Sistema da ONU**, incluindo seus escritórios regionais e nacionais, aproveitasse melhor o seu papel normativo (p. ex., diretrizes) e o seu papel consultivo (p. ex., assistência técnica aos estados-membros), embora raramente as evidências foram apresentadas de forma explícita como uma base necessária para o desempenho desses papéis (p. ex., Comissão OMS-UNICEF-Lancet sobre um futuro para as crianças do mundo)
- Algumas comissões globais recomendaram um maior apoio a **outros tipos de intermediários de evidências**, como os serviços de extensão agrícola que apoiam os agricultores (*Champions 12.3*)
- Algumas comissões globais recomendaram tipos de **estratégias** que podem ser utilizadas por intermediários de evidências, embora as evidências raramente tenham sido explicitadas como o foco de tais estratégias
 - e.g., compartilhar exemplos de desfechos e impactos alcançados, como por meio de educação por pares (Comissão global de adaptação), mentoria (Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição; Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS) e comunidades de interesse (Comissão global sobre a estabilidade do ciberespaço)
 - e.g., auditar estruturas, processos e resultados para identificar oportunidades de melhoria (Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano)
 - e.g., apresentar informações de maneira compreensível, com apoio adicional a grupos que são frequentemente marginalizados, desfavorecidos e sujeitos à discriminação (Comissão Guttmacher-Lancet sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos para todos)
 - e.g., combater informações falsas e desinformações *online*, por meio de checagem de fatos e de outros esforços para conter alegações que não são baseadas em fatos (Comissão UCL-Lancet sobre migração e saúde)
 - e.g., manter plataformas para compartilhar conhecimento (Painel de alto nível sobre deslocamento interno)
 - e.g., manter *help desks* para responder rapidamente às solicitações (Painel de alto nível sobre cooperação digital)
 - e.g., construir capacidade entre tomadores de decisão (Painel global de alto nível sobre água e paz), incluindo letramento matemático e outros tipos de letramento (Painel independente para preparação e resposta à pandemia)
 - e.g., convocar diálogos nacionais (Comissão global de adaptação; Painel de alto nível sobre a água)
- Uma comissão global recomendou separar o fornecimento de aconselhamento de insumos (p. ex., sementes) para fortalecer o incentivo, para recomendar abordagens que reduzam os custos de insumos e promovam outros objetivos (Aliança da alimentação e uso da terra)
- Outra comissão global recomendou a responsabilização dos líderes por seus compromissos de impacto coletivo, o que será necessário para os intermediários de evidências que trabalham como parte de um sistema de suporte de evidências de alto desempenho (Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano)



Capítulo 6: Necessidade de bens públicos globais e capacidades distribuídas de maneira equitativa

- Algumas comissões globais recomendaram que instituições específicas desempenhassem um papel fundamental com relação aos **bens públicos globais** (p. ex., Banco Mundial, OMS e a Organização Internacional para Padronização, ou ISO), embora nenhuma dessas comissões tenham abordado os bens públicos globais relacionados a evidências
 - e.g., estabelecer um novo mandato e compromisso de financiamento para o Banco Mundial, visando promover bens públicos globais relacionados ao desenvolvimento (Painel de alto nível sobre o futuro dos bancos multilaterais de desenvolvimento)
 - e.g., articular o papel da OMS com bens públicos globais para apoiar a preparação e a resposta à pandemia (Painel independente para preparação e resposta à pandemia)
 - e.g., incentivar a ISO desenvolver e adotar um padrão internacional (Painel de alto nível sobre a água)
- Algumas comissões globais recomendaram bens públicos globais que poderiam ser relevantes para bens relacionados a evidências:
 - e.g., Internet (Comissão global sobre governança da Internet)
 - e.g., educação primária e secundária, infraestrutura de comunicação, novas medidas de qualidade e um repositório global de tais medidas (Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS)
- Outras comissões globais recomendaram medidas que podem ser consideradas bens públicos globais – mesmo que não o tenham feito de forma explícita – e que podem ser relevantes para bens relacionados a evidências:
 - e.g., convergir processos e padrões regulatórios (Comissão sobre uma estrutura de risco de saúde global para o futuro)
 - e.g., harmonizar padrões (Comissão global para ação urgente sobre eficiência energética)
 - e.g., padrões voluntários (Aliança da alimentação e uso da terra)
 - e.g., plataformas comuns de aprendizagem digital com certificação de conteúdo apropriado para currículos e mercados de trabalho, bem como sistemas comuns de acreditação de competências que suportem portabilidade (Comissão de Educação)
 - e.g., plataformas digitais para triagem de fatores de risco (Comissão Lancet sobre mulheres e doenças cardiovasculares)
- Algumas comissões globais recomendaram **capacidades distribuídas**, embora nenhuma abordasse uma divisão de trabalho apropriada (p. ex., o que o Sistema da ONU, seus escritórios regionais e seus escritórios nos países podem cada um deles fazer melhor)
 - e.g., beneficiar-se da Internet – padrões abertos, pontos de acesso público, dispositivos acessíveis, acomodações para refugiados e pessoas com incapacidades, e métricas de acesso, bem como capacidades distribuídas para governar, desenvolver e usar a Internet com segurança (Comissão global sobre governança da Internet)
 - e.g., implementar o Regulamento Sanitário Internacional – autoavaliações, avaliações externas periódicas, discussão pública dessas avaliações na Assembleia Mundial da Saúde, uma abordagem de custo para suportes de implementação, e uma transição para um enfoque mais amplo sobre o fortalecimento de sistemas de saúde à medida que as capacidades amadurecem (Força-tarefa de crises de saúde global)
- Outras comissões globais recomendaram um órgão central para apoiar a construção de capacidades (Comissão global sobre a estabilidade do ciberespaço) e para pensar em termos de caminhos de aprendizagem e aprendizagem ao longo da vida (Comissão de alto nível sobre emprego em saúde e crescimento econômico)

7.4 Referências

1. United Nations. UN 2.0: Quintet of change. New York: United Nations; 2021.
2. United Nations. Our common agenda: Report of the Secretary-General. New York: United Nations; 2021.
3. World Health Organization. Together on the road to evidence-informed decision-making for health in the post-pandemic era: A call to action. Geneva: World Health Organization; 2021.
4. The Independent Panel for Pandemic Preparedness and Response. COVID-19: Make it the last pandemic. Geneva: World Health Organization; 2021.
5. Global High-Level Panel on Water and Peace. A matter of survival. Geneva: Swiss Agency for Development and Cooperation; 2017.
6. 3-D Commission. Data, social determinants, and better decision-making for health: The report of the 3-D Commission. Boston: 3-D Commission; 2021.
7. Bapna M, Brandon C, Chan C, et al. Adapt now: A global call for leadership on climate resilience. Rotterdam: Global Commission on Adaptation; 2019.
8. Clark H, Marie Coll-Seck A, Banerjee A, et al. A future for the world's children? A WHO-UNICEF-Lancet Commission. *The Lancet* 2020; 395: 605–658.
9. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: Food and Agriculture Organization; 2017.
10. Kruk ME, Gage AD, Arsenault C, et al. High-quality health systems in the Sustainable Development Goals era: Time for a revolution. *The Lancet Global Health* 2018; 6(11): 1196-1252.
11. Patton GC, Sawyer SM, Santelli JS, et al. Our future: A Lancet Commission on adolescent health and wellbeing. *The Lancet* 2016; 287: 2423-2478.
12. The Education Commission. The learning generation: Investing in education for a changing world. New York: The International Commission on Financing Global Education Opportunity; 2016.
13. Vogel B, Acevedo M, Appelman Y, et al. The Lancet women and cardiovascular disease commission: Reducing the global burden by 2030. *The Lancet* 2021; 397(10292): 2385-2438.
14. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. UNESCO recommendation on open science. Paris: UNESCO; 2021.
15. High Level Panel on Digital Interdependence. The age of digital interdependence. New York: United Nations; 2019.
16. Global Commission on Drug Policy. The world drug perception problem: Countering prejudices about people who use drugs. Geneva: Global Commission on Drug Policy; 2017.
17. Oppenheim J, Boyd O, Campbell G, et al. Better business, better world. London: Business and Sustainable Development Commission; 2017.
18. Global Commission on Internet Governance. One internet. Waterloo: Centre for International Governance Innovation; 2016.
19. World Bank. Global education evidence advisory panel. Washington: World Bank; 2021. <https://www.worldbank.org/en/topic/teachingandlearning/brief/global-education-evidence-advisory-panel> (acesso 28 outubro 2021).
20. Lipinski B. SDG target 12.3 on food loss and waste: 2021 Progress report. Washington: Champions 12.3; 2021.
21. Abubakar I, Aldridge RW, Devakumar D, et al. The UCL–Lancet Commission on Migration and Health: The health of a world on the move. *The Lancet* 2018; 392(10164): 2606-2654.
22. High Level Panel on Internal Displacement. Shining a light on internal displacement: A vision for the future. Geneva: United Nations; 2021.
23. High Level Panel on Access to Medicines. Promoting innovation and access to health technologies. New York: United Nations; 2016.
24. Starrs AM, Ezech AC, Barker G, et al. Accelerate progress – Sexual and reproductive health and rights for all: Report of the Guttmacher–Lancet commission. *The Lancet* 2018; 391(10140): 2642-2692.
25. Hart N. Podcast episode: Nick Hart on the Foundations for Evidence-based Policymaking Act. 2021. <https://open.spotify.com/episode/27U5WaYXFy3bZkrWfbMyRD?si=3vJVIQFzSEayJ0ulaf4ucA&nd=1> (acesso 30 novembro 2021).